

A volta por cima da capoeira: um patrimônio do Brasil

Maurício Barros de Castro¹

Os brasileiros e estrangeiros que viveram no Brasil do século XIX e testemunharam, em 1890, a proibição da prática da capoeira - incluída como crime no código penal do país - provavelmente levariam um susto se fossem transportados para o início do século XXI. Além das diversas surpresas e novidades que encontrariam, muitos teriam dificuldade em acreditar nas notícias de 15 de julho de 2008, dia em que a capoeira foi reconhecida oficialmente como Patrimônio Cultural do Brasil.

Passado o tempo, a capoeira se transformou, não é mais marginalizada e já alcança mais de 150 países. A globalização da arte pode ser medida pelo evento que aconteceu em 19 de agosto de 2004, quando o ministro da cultura, Gilberto Gil, levou a sede da ONU, localizada em Genebra, na Suíça, 15 capoeiristas brasileiros e estrangeiros para homenagear o embaixador Sérgio Vieira de Mello, morto num atentado terrorista no Iraque. Naquele momento, o ministro mostrava para uma platéia internacional que o Brasil reconhecia a capoeira como uma importante manifestação cultural do país. Além disso, Gilberto Gil disse ter chegado a hora do estado brasileiro reparar os séculos de perseguição e marginalização que foram impostos à capoeira pelo poder público.

Diante de Kofi Anan e representantes de diversos países, o ministro lançou o que chamou de Programa Brasileiro e Internacional para a Capoeira. Posteriormente, este projeto foi alocado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que o inseriu no seu Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. Como resultado deste processo foram registrados o ofício dos mestres de capoeira no Livro dos Saberes e a roda de capoeira no Livro das Formas de Expressão.

É preciso entender que o reconhecimento da capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil não significa seu tombamento, que é uma política de preservação do Iphan destinada a bens materiais como museus, igrejas, casarões antigos, etc. A capoeira, como cultura, é

¹ Doutor em História Social pela USP e Assistente de Coordenação do Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil.

um bem imaterial que, ao ser reconhecido como patrimônio nacional, será contemplado com um plano de salvaguarda que aponta para políticas públicas necessárias para manutenção da arte.

Como sabemos, a capoeira está no mundo e não corre riscos de extinção, mas muitos mestres, principalmente os mais antigos, têm dificuldades de ensinar e transmitir seu saber. Por isso duas das principais recomendações de salvaguarda propostas foram o pedido de aposentadoria especial para o mestre de capoeira e o reconhecimento do seu notório saber, para que possa ensinar em escolas, academias e universidades sem precisar de diploma de professor de educação física. Resta agora contar com o axé dos capoeiristas e o engajamento do governo para que estas propostas deixem o papel e se tornem realidade.